A concepção de mudança social em Sílvio Romero: uma leitura singular da política brasileira no final do século XIX

Maria José de Rezende

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, C.P. 6001, 86051-970, Londrina-Paraná, Brasil.

RESUMO. O processo de formação de um campo de conhecimento que se constituiu em um terreno fértil para o desenvolvimento da sociologia brasileira contou com as reflexões de Sílvio Romero. Sua leitura da política brasileira a partir de uma perspectiva de que somente uma elite letrada era capaz de operar as mudanças que se faziam necessárias no país, no final do século XIX, fornece os elementos norteadores de uma dada proposta política que será analisada neste artigo a partir, principalmente, de suas cartas a Ruy Barbosa, nas quais Romero propunha a implantação do parlamentarismo no Brasil.

Palavras-chaves: parlamentarismo, cultura política, república, elite letrada, despotismo, nação.

ABSTRACT. **The concept of social change in Sílvio Romero: a special reading of Brazilian politics at the end of the 19th century.** The process of formation of a field of knowledge which has constituted itself as a productive ground for the development of Brazilian sociology depends on the reflections of Sílvio Romero. His point of view was that only a literate elite would be able to produce changes considered necessary in the country at the end of the 19th century. Such a reading of Brazilian politics supplies the guiding elements of a given political proposal. This specific proposal, based mainly on his letters to Ruy Barbosa in which the implementation of parliamentarism in Brazil was proposed, will be analyzed in the article.

Key words: autocracy, literate elite, nation, parliamentarism, political culture, republic.

As concepções de Tavares Bastos, Perdigão Malheiros, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre são fundamentais para recuperar as reflexões do pensamento conservador brasileiro sobre as (im)possibilidades de que ocorram mudanças no país. No âmbito de um artigo, porém, não é possível dar conta de todos eles, portanto, neste, especificamente, será feita uma análise da leitura e da interpretação de Sílvio Romero acerca das modificações sociopolíticas no final do século XIX.

“A partir de 1890 Sílvio entra numa fase de grande preocupação política, participando de lutas em Sergipe, em sua terra, onde chegou a dirigir uma tomada de poder, mostrando grande capacidade de agitação, além do constante destemor. Mais tarde desempenhou um mandato de deputado federal (e tentou em vão eleger-se outras vezes) (...). Em matéria de política, apesar de partidário do federalismo, opôs-se logo depois da República ao regime presidencial e optou pelo parlamentar, para cujo estabelecimento preconizou a intervenção dos militares. Mas temia a atuação permanente destes na política e não aceitava as tendências ditatoriais do

positivismo (a ‘ditadura republicana’), corrente de pensamento que atacou com veemência e coragem, num momento em que ela contava com o apoio de grupos no poder.” (Cândido, 1989, p.107-8)

Sérgio Buarque de Holanda observa que “a imensa contribuição de Sílvio Romero para o melhor conhecimento do Brasil, através sobretudo das suas expressões intelectuais e literárias, nunca pôde ser sinceramente contestada. Quem, como ele, levou tantas vezes até à injustiça uma admirável capacidade de fervor por certos princípios e certos nomes não recebeu, ao menos até aqui, a paga da incompreensão. E quem se identificou com tamanha intensidade à época em que viveu, esposando seus ideais dominantes, alguns deles limitados e mortalmente frágeis, pode hoje sobreviver à ruína de muitos desses ideais”. (Holanda, 1996, p.359)

O objetivo deste artigo é, então, compreender as pressuposições de Sílvio Romero sobre os aspectos socioculturais e políticos da sociedade brasileira, as quais devem ser consideradas como o norte da construção de um dado sistema de idéias e de valores acerca de nossas possibilidades de mudanças sociais. A interpretação do país como algo em formação sem

“vastas e largas tradições nacionais” (Romero, 1943, p.87) filiava-o às idéias dominantes da época. A constante insistência em encontrar meios de se modificar a sociedade sem dismantelar o pacto de domínio vigente era um dos dados mais esclarecedores de sua perspectiva sobre as nossas possibilidades de mudanças políticas, por exemplo.

O modo de Sílvio Romero interpretar o país e a forma como ele traçava os caminhos que os grupos dominantes deveriam seguir para construir um país política e culturalmente modificado estão estreitamente ligados. Nesse imbricamento torna-se possível apreender o papel que esse autor desempenhava no processo de constituição de uma primeira fase da reflexão sociológica. Ao analisar a cultura, os valores e a política, ele mostrava que a singularidade da vida social desenhava as atitudes do povo brasileiro diante das condições reinantes naquele momento. Sílvio Romero, segundo Antônio Cândido, “querendo abranger toda a vida cultural, aborda com incrível severidade a política”. (Cândido, 1989, p.106)

As suas críticas à república ditatorial que se instalou com Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, por exemplo, estavam plenas dessa tentativa de buscar os fundamentos de uma cultura que poderia eternizar o despotismo presidencialista no país. Daí sua proposta em favor do parlamentarismo.

A mudança que deveria ser promovida no topo, ou seja, no regime político era concebida, por Romero, como suficiente para reestruturar toda a sociedade brasileira, em termos econômicos, políticos e culturais. É interessante assinalar que a sua compreensão da vida social levava em consideração “o meio, as raças, (...) (e) as tradições do país” (Holanda, 1996, p.361), elementos estes que ele utilizava para justificar a necessidade de que uma elite letrada e culta conduzisse o país às modificações que se faziam necessárias na república recém-inaugurada.

A sua perspectiva de que “as nações sem descanso, ocupadas exclusivamente em adquirir o indispensável à vida, não podem ter uma cultura, que exige uma classe de indivíduos que estejam resguardados da obrigação penível de conquistar o pão cotidiano” (Romero, 1943, p.121), norteara de certo modo a sua concepção de quem é que deveria gerir as mudanças políticas. Suas cartas a Ruy Barbosa, publicadas em *Parlamentarismo e presidencialismo*, demonstravam seu empenho em convencê-lo de que pessoas ilustradas deviam abraçar a causa do parlamentarismo e das demais modificações que se faziam necessárias na política brasileira.

As indagações de Sílvio Romero, em *História da literatura brasileira*, de 1888, são também essenciais para se refletir acerca de suas argumentações sobre as

possibilidades de mudança no Brasil. Nessa obra, escrita 5 anos antes das Cartas a Ruy Barbosa, as suas análises sobre as relações econômicas e as instituições políticas e sociais da colônia, do império e da república foram marcos profundos nas primeiras tentativas de elaboração de uma reflexão sociológica acerca dos empecilhos a serem enfrentados para construir uma camada social capaz de conduzir o país para algumas mudanças que se faziam necessárias tanto no âmbito das relações econômicas quanto no das políticas.

Sílvio Romero levantava, nesse sentido, uma questão que para ele era essencial: quem conduziria este país a modificações expressivas se não havia grupos suficientemente instruídos para essa tarefa? “No meio de tudo isso, quem entre nós escreve e quem entre nós lê? Não são, de certo, os lavradores, os negociantes, os criadores, os industriais, os políticos, nem os administradores. Somente as classes acadêmicas e alguns empregados públicos saídos dessas classes. É a regra geral.” (Romero, 1943, p.123)

A grande massa da população, os fazendeiros, os comerciantes, os pequenos industriais e até mesmo os governantes não tinham, observava Romero, quaisquer condições de propor e levar a termo mudanças econômicas e institucionais significativas. Isso era visível porque “a grande massa da população, espoliada por dous lados, arredada do comércio e da lavoura, neste país essencialmente agrícola, moureja por aí abatida e faminta, não tendo outra indústria em que trabalhe; pois que até os palitos e os paus de vassoura mandam-se vir do estrangeiro. Não é este o lugar mais próprio para descobrir os andrajos da nação e mostrar os corpos enfraquecidos, que sem trabalho nem pão, são a grande fonte onde o fazendeiro vai buscar os servos, que chama agregados, e o governo os seus capangas, os seus votantes e os seus soldados”. (Romero, 1943, p.121-2)

No último capítulo do livro *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, Sílvio Romero argumentava que o presente e o futuro do país encontravam-se amarrados a uma falta de coesão e de caráter étnico do brasileiro de modo geral. Os problemas políticos, por exemplo, eram tratados, por todos, como uma fonte de diversão através das conversas maledicentes. “É geralmente conhecida a profunda indiferença do brasileiro pela sorte futura do seu país; é todavia mui de ver a ênfase peculiar com que todo nacional mata o tempo falando dos negócios políticos da terra. Não é que ele tome ao sério o seu papel, tanto que é incapaz de reagir contra a sua falta de ação; mas tendo uma pronunciada predileção pelo escândalo. Desde o mais alto magnata, enfatuado e nulo, até o proletário, o cafajeste e capadócio das tavernas, passando pelo burguês boçal, todos encaram os

negócios públicos, não como uma coisa em que devam tomar parte e interesse, mas como um assunto, um mero assunto de desfastio e conversações picantes. Tratam desse objeto como um tema excelente para dar pasto à maledicência e nada mais.” (Romero, 1977, p.271)

Sílvio Romero e a circunscrição da mudança social

No texto *Os novos partidos políticos no Brasil e o grupo positivista entre eles*, escrito em 1892, Sílvio Romero buscava compreender as causas de nossas dificuldades em operar mudanças sociais e políticas que rompessem com o nosso passado monárquico. Desse modo, ele insistia na necessidade de entender sociologicamente o desdobramento dos fatos, no país, durante os seus quatro séculos de existência. (Romero, 1969, p.262-313)

As sublevações contrárias à república, os movimentos de enaltecimento da monarquia e do império tinham que ser explicados a partir da falta de uma opinião pública esclarecida politicamente, o que provocaria, indubitavelmente, uma crescente ausência de coesão nacional. Nessas condições, a primeira coisa a fazer era buscar o apaziguamento geral da nação como uma forma de não-agravamento das dificuldades políticas pelas quais o país passava na última década do século XIX.

A formação das principais correntes de opinião era indicadora de avanços rumo a algumas mudanças sociais que se faziam necessárias; no entanto, ela revelava, também, a fragilidade da cultura política brasileira, que, sem uma base de entendimento sólido sobre a nossa realidade, se precipitava em uma estratificação da opinião pública que tendia à exacerbação da falta de coesão nacional.

As questões colocadas nesses termos demonstram que havia, para Sílvio Romero, uma necessidade de esclarecimento da opinião pública sobre as vantagens da república, mas também era preciso evitar a exacerbação dos ânimos quanto às nossas possibilidades de mudanças. Os embates de posições, idéias e perspectivas sobre o dever elucidavam o modo de os diversos grupos proporem a solução dos problemas do país. Mas como eles faziam isso? De que argumentos utilizavam? Perguntava ele.

Dentre os grupos que desencadeavam esses embates, Sílvio Romero destacava os agrupamentos partidários que surgiram com a república e argumentava que, para entender os seus papéis no processo de modificação da sociedade brasileira, era preciso compreender se os mesmos nutriam ou não qualquer relação com as tradições do país. Ou seja, em que suas pressuposições alteravam o contexto político vigente?

Responder a essas questões, afirmava Sílvio Romero, não seria difícil em países equilibrados, mas

não no Brasil, “onde tudo é indisciplina, tudo é quase vazio e inanido; onde a ignorância dos doutores é só comparável à sua original campanha - à vaidade, à desenfreada petulância dos politikeiros”. (Romero, 1969, p.263)

Segundo ele, as nossas matizes político-sociais revelavam, por certo, as deficiências dos agrupamentos partidários e as suas propostas de mudanças e/ou as suas recusas. Nada seria esclarecido sem o devido desvendamento de todas as atuações dos diversos grupos sociais. Não resolvia escamotear a existência daqueles que vislumbravam a volta da monarquia, por exemplo, mas era preciso, sim, refletir sobre as condições de sua existência e de suas pretensões.

Sílvio Romero destacava a necessidade de combater as intenções restauradoras do império, mas isso não poderia ser feito negando de modo quase infantil a sua existência, como faziam os republicanos. “A mais eficaz repulsa a opor aos monarquistas deve ter duas feições, uma que se pode chamar positiva e deve consistir na sábia administração republicana, que leve ao povo a consciência da superioridade do sistema, e outra, que se pode denominar crítica, e deve consistir na análise séria dos desvarios monárquicos, por meio da história.” (Romero, 1969, p.265)

Era acirrada a defesa que Sílvio Romero fazia em torno da necessidade de doutrinação do povo no sentido de que ele fosse devidamente informado sobre a tirania, as atrocidades, a violência e os desastres administrativos da política imperial durante vários séculos no país. Esse ensinamento deveria partir de pessoas instruídas e capazes de escrever a história do Brasil a partir da demonstração e da análise dos desvarios monárquicos que aqui foram a regra geral.

Isso seria feito a partir da “lei máxima de todos os fenômenos da história, como a de todos os fenômenos do mundo físico, a lei de evolução, cuja fórmula mais completa é aquela que é devida ao gênio de Herbert Spencer (...). Sabemos que não podem existir fatos sem antecedentes imediatos, sem a passagem de um estado homogêneo e incoerente a um estado de diferenciação e coerência, não podemos admitir o milagre da existência de instituições, quatro vezes seculares, no ar, sem a menor base na vida nacional”. (Romero, 1969, p.264)

Alcançar mudanças no modo de organização social e política da sociedade brasileira passava, para Sílvio Romero, pelo investimento não na ignorância e no aprofundamento da falta de coesão social, mas sim na formação de uma educação republicana, “tornando-a uma convicção consciente no seio da nação. É mister formar alicerces bem seguros para a nova construção política ser amada e tornar-se um

fermento de vida e de progresso”. (Romero, 1969, p.266)

A busca de coesão social era destacada por Sílvio Romero como o dado essencial na construção do tipo de mudança que ele vislumbrava para o país. Somente ela poderia garantir a direção de um tipo de modificação segura e duradoura. Como foi demonstrado anteriormente, a implantação da república parlamentar estava na base de toda e qualquer reestruturação da vida política brasileira; somente ela poderia se afinar com os anseios do povo em geral.

Fazia-se necessário ganhar o povo para a causa do parlamentarismo, pois somente assim se constituiria uma política organizada a partir da população, o que garantiria estabilidade à nova política assumida pela república. O império, que teria desorganizado e desarticulado, segundo Romero, a vida nacional, não teria sido um governo autoritário, forte. E não o foi porque não poderia ter sido, mesmo naqueles momentos (pós-independência) em que era preciso ter dado ao país uma direção forte e segura, argumentava ele.

Defensor, dependendo das circunstâncias, de governos fortes, Sílvio Romero insistia em que o próprio modo de organização política do país nunca havia favorecido a sua existência. “O Brasil é um país fatalmente democrático. Filho da cultura moderna, nascido na época das grandes navegações e das grandes descobertas, o que importa dizer, depois da constituição forte da plebe e da burguesia, ele é, além do mais, o resultado do cruzamento das raças diversas, onde evidentemente predomina o sangue tropical. Ora, os dois maiores fatores de igualização entre os homens são a democracia e o mestiçamento. E estas condições não nos faltam em grau algum, temo-las de sobra.” (Romero, 1969, p.267)

A elucidação proporcionada por essa passagem sobre a concepção de mudança social em Sílvio Romero é de grande valia para esta análise. Ou seja, para ele, a democracia e a amenização das diferenças não eram a finalidade das modificações que ele vislumbrava, pois o Brasil já era estruturalmente democrático e fundado em uma igualização. A recorrência à questão racial e ao mestiçamento para justificar tal posição circunscrevia, de imediato, as possibilidades de mudanças a uma não-alteração dos elementos que se constituíam no fundamento da estrutura política brasileira.

Supor que havia uma equalização social tendo em vista o mestiçamento era um modo de se operar nas margens da não-mudança, mesmo tendo ela como o norte de suas preocupações. A conservação do tipo de democracia, se é possível mencionar a própria palavra nas condições sociais e políticas vigentes no país, naquele momento, elucidava a não-disponibilidade em questionar o modo de

organização da sociedade brasileira naquilo que ela possuía de mais visivelmente antidemocrático: a exclusão.

A circunscrição de toda e qualquer possibilidade de mudança para uma suposta democracia e igualização esclarecia a constante busca por mecanismos de controle de qualquer modificação que, porventura, fosse necessária no início da república. Fiel à perspectiva evolucionista na sociologia, Sílvio Romero tomava a democracia e a igualização como algo que vinha se desenvolvendo desde o processo de colonização do país. A justificação, nesses termos, era indicadora de que a suposta índole do brasileiro era tida como o amálgama que norteava as nossas potencialidades de mudanças no limiar do século XX.

Todas as modificações políticas tinham que partir, segundo Romero, do fato de haver dois agentes niveladores da sociedade: a democratização crescente das classes e o mestiçamento das raças. Isso teria que ser o ponto de partida de qualquer mudança que se desencadeasse no país. Se a nossa formação inter-étnica era tida como a essência da manutenção da estrutura nos seus diversos aspectos fundantes, a mudança seria, então, retoques a partir dessas condições em vigor.

O enaltecimento da cultura do nivelamento social e do mestiçamento desempenharia, no entendimento de Romero, um papel ímpar na definição de nossas escolhas quanto aos caminhos que deveríamos seguir república a dentro. O evolucionismo sociológico já tinha ensinado, segundo Romero, que o próprio ritmo da sociedade propiciaria a evolução no sentido da democracia e do fim das diversidades entre as classes sociais. No Brasil, esse processo estava em andamento nos últimos quatro séculos.

Destaque-se que Sílvio Romero, ao fazer seus pronunciamentos sobre o tipo de mudança que se deveria operar no país, agia nos parâmetros de sua classe, não com relação a qualquer coloração política, mas sim com relação às condições sociais de seu pertencimento. Desse modo, fica mais fácil a compreensão de suas posições sobre o papel das classes dominantes no processo de geração de uma sociedade democratizada em sua estrutura. Setores da elite eram apontados como agentes de nivelamento social e político, na medida em que eles ajudaram a formar uma cultura, um povo e uma riqueza genuinamente brasileira. A permissividade da classe dominante teria sido uma espécie de fermento igualitário que vigia entre nós, o qual significava a disposição para aceitar que se associassem a ela, politicamente, diversos homens não pertencentes à mesma.

Era a partir de elementos como esses que Sílvio Romero justificava o fato de a sociedade brasileira

não caminhar para o socialismo, tendo em vista que aqui não existiam um acirramento entre as classes nem um proletariado político. Nessas condições, não poderia haver um partido operário, pois “as condições para a existência de um partido reivindicativo desta natureza são sempre e sempre por toda a parte: país demasiado cheio de população, concentrada especialmente em grandes cidades industriais (...). Daí a superabundância de braços, daí os abusos do capital; daí a hiperprodução e as crises; daí o *chômage*, a miséria, a morte, muitas vezes”. (Romero, 1969, p.273)

Transformações no sentido do socialismo estariam, assim, descartadas no Brasil, tendo em vista que tais condições não vigoravam no país. Havia terra demais, população de menos, inexistiam indústrias e cidades populosas. “Que socialismo sério deve sair daí nesses duzentos anos? O capitalismo nacional é exíguo, quase mesquinho.” (Romero, 1969, p.274)

As propostas de mudanças sociais efetivamente válidas para o Brasil, argumentava Romero, seriam aquelas que levassem em conta a estruturação da sociedade brasileira em termos de classe. Desse modo, o socialismo estava descartado por não haver um proletariado nem uma burguesia dignos desse nome. Existiam apenas alguns capitalistas que, sequer de longe, podiam ser comparados com os dos países abastados.

As pressuposições em torno das mudanças sociais somente poderiam ter validade se fossem elaboradas a partir do conhecimento profundo das condições reinantes no país. Enfim, somente os homens de “ilustração larga, de estudos sólidos”, poderiam se aventurar nesse sentido.

A mudança social como obra de uma elite letrada

Florestan Fernandes, em *Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil*, apontou o papel importante que Sílvio Romero desempenhou no final do século XIX ao tentar imprimir à sociologia um “caráter definido de um recurso de interpretação, que permitia compreender as origens sociais e as vinculações estruturais de segmentos da sociedade brasileira com o seu contexto”. (Fernandes, 1977, p.33)

O significado de mudança social em Sílvio Romero só pode ser compreendido a partir de seu modo de conceber a ciência em geral e a sociologia em particular. Em seu debate com Tobias Barreto¹ sobre a complexidade dos fenômenos sociais e a emergência de uma ciência, para estudá-los, ficava patente que, enquanto o primeiro questionava a própria possibilidade de que a sociologia existisse,

Sílvio Romero a defendia como indicadora de um progresso para a ciência de modo geral e, também, para a humanidade, que se beneficiaria com o seu desenvolvimento.²

Sílvio Romero concebia a ciência como o dado essencial para que houvesse avanços nas diversas sociedades. Era perceptível em seus escritos uma espécie de culto à ciência como fator de impulso, ou seja, sem ela a humanidade estaria mergulhada nas trevas. Preocupado com os fenômenos sociais e com a busca de soluções para a sociedade brasileira, ele defendia que a sociologia representava um estágio de progressão da cultura e da democracia moderna. (Romero, 1969, p.601)

O homem de ciência possuía, para Sílvio Romero, os requisitos necessários para promover as mudanças que a humanidade vinha exigindo no transcorrer dos tempos. O desenvolvimento da sociologia, especificamente, colocaria a possibilidade de se empregar com exatidão os métodos de conhecimento da realidade que se deveria modificar. Observe-se que ele não está pensando em uma modificação nos moldes revolucionários, nem nos moldes do positivismo,³ mas sim nos termos do evolucionismo histórico.

A sociologia no âmbito das ciências em geral tinha que ser encarada como uma evolução no modo de compreender os fenômenos sociais, bem como uma forma de impulsionar as diversas sociedades para patamares mais elevados. “A concepção da sociedade humana como um todo complexo, que se desenvolve por leis e princípios certos, é muito antiga, e veio sempre a percorrer a curva evolucionária do pensamento especulativo, ora clara, ora indecisamente, mas só nos últimos tempos é que ela se firmou definitivamente e, conquanto a Sociologia não tenha ainda espantado todas as suas trevas, já é possível, sem extravagância, falar numa ciência da sociedade e da história.” (Romero, 1969, p.561)

A idéia de mudança social, em Sílvio Romero, estava fundada em sua perspectiva de progresso humano baseado na ciência; ou seja, para ele, o conhecimento era a única maneira de fazer com que os avanços ocorressem nos diversos campos da vida em geral e o saber específico em sociologia promoveria impulsos nas inúmeras esferas da vida social em particular. Citando um pensador inglês, Romero argumentava que “o progresso das ciências é, no pensar de Buckle, o mais forte propulsor do

¹ Tobias Barreto (poeta, filósofo e jurista) considerava que a ciência do direito era a ciência da sociedade por excelência.

² As críticas de Sílvio Romero a Tobias Barreto foram publicadas em: Romero, S. A ciência da humanidade: sociologia. Seu lugar entre as ciências. Seu método. In: *Obras filosóficas*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1969. p.531-608

³ Crítico ferrenho do positivismo como difusor de uma sociologia e de todos os tipos de sectarismos, Sílvio Romero considerava Spencer como o pensador que fundamentou a sociologia em termos científicos atestando que não é somente do mundo mecânico que se pode extrair cientificidade.

humano melhoramento e, para ele, as conquistas intelectuais são as que mais depressa nos arrojamos para adiante, sendo um melhor fermento de progresso do que a simples capacidade moral. O autor procura demonstrar que a educação moral é insuficiente para prevenir grandes catástrofes e injustiças, se ela não é secundada por conhecimentos científicos”. (Romero, 1969, p.569)

Raciocinando sempre em termos da sociologia evolutiva⁴, Sívio Romero procurava demonstrar que essa ciência teria grande significado para se pensar toda e qualquer mudança social, tendo em vista que ela permitiria sempre o desvendamento não somente das diversas etapas sociais pelas quais a sociedade brasileira, por exemplo, teria passado, mas possibilitaria também a compreensão das etapas presentes e futuras. A explicação destas últimas, porém, levava-o a uma reflexão significativa sobre a aplicação das leis da repetição à sociologia.

Somente a título de esclarecimento, tendo em vista que não é possível dar conta exaustivamente dessa questão no âmbito da discussão sobre a concepção de mudança social em Sívio Romero, faz-se necessário esclarecer que a sua filiação ao evolucionismo era considerada por ele como crítica. A não-aceitação integral da idéia de repetição permitia-lhe se autodenominar um evolucionista crítico, pois para ele aquela última havia se tornado um chavão para os setores sectários.⁵

A perspectiva de que as raças e os povos mais atrasados tendem a trilhar pelos mesmos estágios de outros mais desenvolvidos, que fundamenta a idéia de repetição, era endossada somente em parte por Sívio Romero. Ele se filiava a Gabriel Tarde para justificar sua posição de que não poderia haver um processo de mudança unilinear, o que ficaria suficientemente claro se fossem analisadas as especificidades culturais de cada raça e povo. Ele se dizia partidário do evolucionismo poligenista, assim como Tarde, por tentar uma compreensão mais ampla do modo de imbricamento do homem e de sua cultura diante do processo de modificação social.

“Conhecedor destes e de outros fatos congêneres, o notável escritor Gabriel Tarde, que também é evolucionista, posto que o seja enlarguando, não sem razão o conceito de

evolução, (...) também é sectário das repetições na história, tanto das explicáveis pela hereditariedade, como das que se determinam melhor pela imitação, (...) a respeito das quais escreveu um livro inteiro (*Les lois de l'imitation*). Gabriel Tarde, argumentava Romero, combatia a idéia de que as sociedades tiveram o mesmo ponto de partida e teriam o mesmo de chegada. Não havia, para Tarde, uma mudança unilinear numa mesma ordem e extensão para todas as sociedades” (Romero, 1969, p.572). Romero se considerava filiado a essa perspectiva desde a sua obra *História da literatura brasileira*.

A partir do imbricamento do homem com a sua cultura, Sívio Romero destacava a dificuldade da elite letrada, por exemplo, em construir caminhos que levassem o país a modificações nos diversos campos da vida social, o que era atribuído, então, a uma espécie de dominação cultural que impregnava a todos indistintamente. Suas indagações levavam, então, ao entendimento de que a elaboração de um pensamento nacional que conseguisse se livrar da mera imitação estrangeira seria um passo fundamental para se construir os caminhos no sentido das mudanças econômicas, políticas e sociais, pois de outro modo nunca seríamos uma “nação culta, livre e original”. (Romero, 1943, p.126)

A liberdade e a originalidade seriam construídas a partir do rompimento com a submissão que assolava a sociedade brasileira em todos os níveis, ou seja, “dos agregados aos fazendeiros, dos votantes aos (...) chefes de partido; dos deputados aos ministros; dos ministros ao chefe do Estado; do chefe do Estado aos governos estrangeiros”. (Romero, 1943, p.125)

Esses elementos levam-nos à compreensão da argumentação de Sívio Romero acerca da importância dos elementos culturais na consecução das modificações a serem realizadas no país. A necessidade de instrução, de originalidade e da não-submissão de nossas singularidades sociais e políticas a valores externos ganhava um papel significativo no seu empenho em demonstrar que havia necessidades morais que não deviam ser preteridas caso houvesse qualquer preocupação em construir uma nação.

No âmbito econômico o país estava arruinado, no social era visível uma verdadeira degradação do povo sem emprego e sem perspectivas, no âmbito político o “moderno constitucionalismo (era) uma comédia vulgar, corrupta e sandia, que nos envergonha(va) a nossos próprios olhos, quer no Império, quer na República” (Romero, 1943, p.126). Tendo em vista esses elementos, a mudança era, para Sívio Romero, somente possível se “as relações econômicas e sociais da Colônia e do Império” fossem destruídas como forma de se “abrir uma nova fase à vida e ao pensamento nacional”. (Romero, 1943, p. 127)

⁴ Sívio Romero filiava-se à sociologia evolucionista nos termos colocados por Spencer, principalmente.

⁵ “Mitólogos, críticos de religião, estéticos, lingüistas, economistas, literatos, etnólogos, antropológicos, filósofos, todos a uma, não sustentado, cada qual em sua especialidade, que os vários grupos humanos têm passado fundamentalmente pelos mesmos estágios nas diversas formas de seu desenvolvimento. Daí surgiu a idéia de que a evolução social se repete, no sentido de atravessar ela fases correlatas entre as várias raças e nações, o que só é, até certo ponto, verdade numa acepção muito geral e feitas muitas reduções”. Romero, S. Do darwinismo biológico em sociologia ou uma suposta lei de repetição abreviada da história. *Leis do homo, hétero, e proterocronia na sociologia*. In: *Obras filosóficas*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1969. p. 568.

A única forma de o país levantar era através da ciência e do culto ao dever. O rompimento com o nosso amor pela rotina, culturalmente sedimentado entre nós, é que poderia impulsionar o desenvolvimento da indústria e da ciência. A pirataria na política só seria desbaratada pela cristalização de um forte sentimento de dever entre os brasileiros de todas as camadas sociais. (Romero, 1977, p.272)

O desenvolvimento de uma elite letrada estava intimamente ligado à criação de uma elite versada na arte de condução do processo político brasileiro. Ou seja, somente aqueles que conseguissem fazer uma leitura fiel dos nossos problemas estariam aptos para conduzir o país a um processo de mudança significativo. Para ele, isso seria alcançado “dando incremento às classes produtoras, preparando um maior número de cidadãos aptos à vida dos tempos modernos, iremos formando o nosso povo, que será então capaz de resistir às classes parasitas que têm em suas mãos os nossos destinos.” (Romero, 1943, p.129)

Ao mesmo tempo em que Sílvio Romero apontava a manutenção das relações econômicas e sociais da colônia e do império como um dado essencial para se entender a nossa estagnação, ele plantava as bases de uma perspectiva que se constituía em um dado essencial do ideário conservador brasileiro acerca das possibilidades de mudanças sociais ao afirmar que, considerado em geral, ou seja, “como tipo sociológico, o povo brasileiro é apático, sem iniciativa, desanimado” (Romero, 1943, p.129). Afirmação dessa natureza embasava a perspectiva de que uma elite cultural estaria, então, incumbida de conduzir a massa da população no processo de mudança que deveria ser estabelecido.

“A nação brasileira não tem pois em rigor uma forma própria, uma individualidade característica, nem política, nem intelectual. Todas as nossas escolas, numa e noutra esfera não têm feito mais em geral do que glosar, em clave baixa, as idéias tomadas à Europa, às vezes em segunda ou terceira mão. (...) Uma outra forte abusão do povo brasileiro é justamente: a relutância que temos em ouvir a verdade a nosso respeito, diga-se de passagem.” (Romero, 1943, p.129)

O parlamentarismo republicano e a mudança política

A obra *Parlamentarismo e presidencialismo*, de Sílvio Romero, que será analisada a seguir, estava filiada a todos esses elementos, por ele levantados em *História da literatura brasileira*, tanto que logo no início da coletânea de cartas a Ruy Barbosa, sua crítica à república (mesmo sendo convictamente republicano) destacava os perigos da eternização do

despotismo de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, tendo em vista que a índole do povo brasileiro resvalava facilmente naquele sentido. (Romero, 1979, p.10)

O presidencialismo tendia para o enaltecimento desse caráter despótico que vigia na cultura brasileira; o parlamentarismo, no entanto, criaria as bases de rompimento não com a república, mas sim com o processo ditatorial que havia se instalado a partir de 1889. A prevenção dos conflitos violentos, o estabelecimento de acordos entre os poderes deveriam ser alcançados, o que só poderia ocorrer na república parlamentar, ressaltava Sílvio Romero.

A implantação do parlamentarismo significaria, naquele momento, ou seja, em 1893, a grande mudança de que o Brasil necessitava para se redefinir a política brasileira como um todo.⁶ Era preciso, portanto, ganhar o povo para essa causa, o que ocorreria se os letrados e cultos interessados nesse tipo de alteração falassem de modo claro e explicativo para toda a população, que não só entenderia a diferença entre a república despótica vigente e o regime parlamentar, como também apoiaria tal processo de mudança política.

Sílvio Romero defendia sua posição parlamentarista tendo em vista que a república que se iniciava havia, indiscutivelmente, potencializado todos os defeitos do presidencialismo, o que ele atribuía à índole e à cultura política brasileiras, que tendiam inadvertidamente para o militarismo e para o despotismo. A ditadura, como uma moléstia política que existia entre nós, é que impedia o florescimento de um jogo democrático e eternizava as revoluções armadas. Ainda pior era que o brasileiro tinha uma índole plena de simpatias pelo militarismo e era, então, necessário bloquear esse processo, pois o regime presidencial era “muito jeitoso para o manter indefinidamente” (Romero, 1979, p.11). Ou seja, o parlamentarismo não iria mudar a nossa índole, mas ajudaria a barrar a nossa cultura voltada para o despotismo.

No entanto, a discussão em termos da índole geral do povo brasileiro levava a uma explicação que escamoteava o papel das classes preponderantes no processo de eternização de formas despóticas e excludentes. A explicação da política brasileira desse modo era uma forma de retirar dos setores

⁶ Sílvio Romero afirmava que no Brasil nunca tinha sido desenvolvido a contento o parlamentarismo. Todos os problemas políticos surgidos durante o império não serviam, porém, como pretexto para se tecer críticas ao regime parlamentar, pois eles tinham derivado não deste último, mas do que “havia de ditatorial na monarquia brasileira.” Em síntese, para ele, o que ocorreu de bom durante a monarquia foi produto do parlamentarismo, mesmo com todas as suas limitações. “A carta imperial de 1824 continha singularidades, encerrava elementos de tal ordem, e tão manhosamente ali enxertados, que não podia deixar de reduzir o governo monárquico em nosso país a um verdadeiro regime ditatorial.” Romero, S. *Parlamentarismo e presidencialismo*. Brasília, Senado Federal, 1979. p.33.

dominantes, do período imperial e do início da república, quaisquer responsabilidades pelos caminhos que tomava o processo político. Romero fazia parecer que havia um ente abstrato, que ele denominava de povo, que era responsabilizado pelos nossos dissabores.

Os grupos dominantes que atuavam nas diversas esferas da vida social eram dissolvidos no interior dessa concepção generalizada de povo, o que permitia ocultar elementos definidores da dificuldade de desenvolvimento do jogo político democrático no país. Esse é um elemento importante do ideário conservador que estava se formando no âmbito dessa primeira fase da reflexão sociológica brasileira. A indefinição do papel das forças sociais condutoras do processo político favorecia o não-esclarecimento deste último.

A mudança política fazia-se urgente, observava Sílvio Romero, pois a privatização do poder, a corrupção eleitoral e do dinheiro público, os abusos administrativos, enfim, a ditadura em curso, estavam fundados na república presidencialista. “Que foi quase todo o governo do Sr. Deodoro, seus desatinos araripeanos nas finanças, sua política reacionária, seu golpe de Estado? Que outra coisa é essa gestão inqualificável, indefinível do Sr. Floriano, reformando generais, ministros do Supremo Tribunal, demitindo, por desacordo político, funcionários vitalícios?” (Romero, 1979, p.13)

Por outro lado, não era suficientemente esclarecido por Sílvio Romero o que significava a fundação de uma república democrática no Brasil; ou seja, não ficava claro qual era o seu entendimento de democracia nem a sua proposição de que no parlamentarismo todos seriam chamados a colaborar com a “grande obra de nossa regeneração”. Ele insistia em colocar as questões em termos gerais e abstratos, não elucidando, porém, no que consistia, de fato, o papel dos diversos grupos sociais no processo sociopolítico.

Não se está tomando esse dado como um descuido do autor, mas sim como parte de uma postura política que acabou por orientar a sedimentação de um ideário conservador sobre a mudança social, na medida em que resguardava os setores dominantes do final do século XIX de qualquer responsabilidade pelas condições socioeconômicas e políticas vigentes.

O que atormentava Sílvio Romero era, sem dúvida, a busca de caminhos que clarificassem como deveria ser a república no Brasil. Daí as suas suposições acerca da conciliação de uma república esvaziada de qualquer traço de participação com elementos que, segundo ele, evitariam governos ditatoriais.

Evitar as sublevações e/ou revoluções era um dos aspectos fundamentais das indagações de Sílvio

Romero sobre a necessária mudança do presidencialismo para o parlamentarismo. “O sistema presidencial, por uma péssima compreensão da divisão dos poderes constitucionais, não tem a maleabilidade indispensável ao jogo político da vida democrática moderna, e converte-se em viveiro de revoluções.” (Romero, 1979, p.14)

A ordem pública tinha que ser garantida através do estancamento do vilipêndio da justiça e da moralidade social, reiterava Sílvio Romero. Esta última, principalmente, norteava sua concepção de sociedade e esclarecia seu intento em circunscrever a mudança ao âmbito da ordem. Somente a título de ilustração podem-se ressaltar seus melindres com relação às mudanças que poderiam advir da industrialização. Nas Cartas a Ruy Barbosa ele afirmava a necessidade de redefinição econômica do país, mas em outros momentos era patente seu temor de que o progresso da indústria levasse o Brasil no sentido almejado pelos denominados, por ele, socialistas bastardos.⁷

Ao refletir sobre as mudanças políticas necessárias naquele momento, Sílvio Romero se empenhava em destacar que o parlamentarismo resolveria todos os problemas atinentes aos poderes legislativo e executivo, ao superar a divisão do país, feita pelo presidencialismo, em dois grupos: “de um lado, os privilegiados, os possuidores em monopólio das luzes e da dignidade moral, e de outro lado, os ineptos e viciados, os incapazes de qualquer ação política acertada”. (Romero, 1979, p.24)

O presidencialismo fertilizava continuamente, segundo ele, o terreno em que florescia uma população inapta para compreender qual era a responsabilidade do governo e quais eram as suas possibilidades de intervir no mecanismo político da nação. Note-se que o direito de intervenção do povo na política dava-se, para Romero, através da república parlamentar, que, ao contrário do presidencialismo, não se assentava no privilégio de uns e na incompetência dos demais, que acabavam por legitimar uma aristocracia do dinheiro.

O patricialismo do capital que dominava a política, naquele momento, era tido por Sílvio Romero como “a mais viciada e bastarda de todas as aristocracias”. A república presidencialista tinha os pés fincados nesses setores sociais. A sua maculação era total, na medida em que as eleições eram corrompidas e o Congresso, que não tinha poderes

⁷ Romero atacava Manuel Bonfim dizendo que “a nefasta propaganda dos Bonfins, que vivem a sonhar com um socialismo bastardo em nossas maiores cidades (...) faria bem em mudar de rumo. Em suma, o conselho, a propaganda, todo esforço dos pensadores e dos homens práticos que amem este país e desejem-no ver ir adiante é: que ele, deixando as miragens dum industrialismo que começa a ser batido no grande mundo, cuide de sua lavoura. (...)”. Romero apud Martins, W. *História da inteligência brasileira*. V.5. São Paulo, Edusp, 1977. p. 301.

para reagir diante de tal situação, tornava-se dia a dia mais impotente e sem qualquer ação política digna de consideração. Ele afirmava: “Vós sabeis do desembarço com que a polícia tem se encarregado das eleições nos últimos tempos neste país. (...) Não é tudo: o congresso, castrado, impotente diante do poder executivo, vem a ser uma espécie de corporação falha, desequilibrada, improficua e bastante ridícula na sua agitação *manqué*.” (Romero, 1979, p. 26)

A política despótica que estava sendo praticada naqueles primeiros anos da república estaria apodrecendo as almas e corroendo aos poucos toda a resistência da população à corrupção. Os indivíduos estariam sendo moldados a uma situação que somente era favorável àqueles que obtinham a satisfação de sua ganância pessoal. “O presidente, os ministros, em uma organização política qual é a nossa, senhores de todos os cargos da administração, são despenseiros de favores e lançam mão deles para submeter os discólos. (...) É a sistematização do escândalo.” (Romero, 1979, p. 27)

A leitura crítica que Romero fazia da sociedade esbarrava, assim, na imprecisão do que era, de fato, responsável pela não- atuação da população no processo político. O presidencialismo, por exemplo, era condenado, dentre outros motivos, por ser divorciado “da massa de nosso povo”, pois não tinha meios nem interesses em atrair todos os brasileiros para exercerem os seus deveres políticos. O parlamentarismo tinha como objetivo resolver essa dissociação, afirmava ele. No entanto, não era esclarecido de que modo isso ocorreria, uma vez que, para ele, a apatia política era um traço impregnado culturalmente nos indivíduos.

“Se existe fenômeno que salte aos olhos de qualquer observador, ainda o mais descuidado e superficial, é a indiferença real do povo brasileiro pelos seus deveres políticos. (...) O brasileiro é o ente humano que mais fala em tal ordem de assuntos; porém, é só como objeto de palestra e meio de desfastio; não é que ele tome a sério as necessidades públicas e esteja disposto a cumprir o seu dever cívico, o dever de cidadão que se sente um fator na república, na vida do país, na direção da pátria. Na hora do trabalho, da ação, do exercício do direito, do cumprimento do dever, quase todos esfriam, retraem-se, desaparecem.” (Romero, 1979, p.31)

As nossas dificuldades de mudanças ora apareciam como solucionáveis no âmbito das modificações que se deveriam operar na república recentemente implantada, ora eram situadas em um plano muito mais profundo, ou seja, no da recusa da população em cumprir seus deveres políticos, tendo em vista a cristalização de uma cultura apática. Sílvio Romero resolvia essa dificuldade afirmando que o presidencialismo tinha que ser abolido porque

cavava mais fundo essa indiferença que aqui prevalecia.

Pode-se afirmar, então, que no início do livro *Parlamentarismo e presidencialismo* aquele primeiro parecia ser uma grande força de mudança, ou seja, ele seria a grande solução para os problemas do país, mas na medida em que Sílvio Romero vai aprofundando suas análises em torno dos traços culturais do povo brasileiro e conclui que havia uma apatia política cristalizada, ele vai amenizando as possibilidades imediatas do parlamentarismo em termos de mudanças substanciais na sociedade brasileira.

Nessas condições, ele passava a expor de modo mais contundente a profundidade de nossos problemas e de nossas dificuldades político-culturais, os quais não se constituíam, segundo ele, em impasses ou impossibilidades definitivas de mudanças, tendo em vista que havia no povo brasileiro algo indescritível que pairava sobre o nosso espírito e ia além da sedimentação da indiferença política prevalecente. “(...) há alguma coisa que nos escapa, que salta ao lado de nosso esforço e vai firmar-se diante de nós como a realidade iniludível. E esta realidade nos convém, porque nos exalta; é a energia do povo brasileiro.” (Romero, 1979, 43)

Sílvio Romero também destacava, nessa busca de elementos que endossassem a sua perspectiva de mudança e a sua proposta de efetivá-la, a tendência, segundo ele, cristalizada em nossa sociedade para o equilíbrio das forças em conflito. “A nossa história de nação independente pode ser representada sob o esquema de duas forças em conflito e que procuravam um estado de equilíbrio: o povo e a realza.” (Romero, 1979, p.43)

Nas cartas mencionadas, Sílvio Romero alertava Ruy Barbosa de que o presidencialismo só havia dado certo nos Estados Unidos, tendo em vista que os americanos, filhos dos ingleses, possuíam virtudes vinculadas a uma enorme plasticidade política. Isso nos faltava inteiramente. Ele responsabilizava a formação do povo brasileiro e a não-plasticidade política que herdamos de Portugal como fator importante para se entender por que o presidencialismo não daria certo no país.

O parlamentarismo, ao contrário, tinha que ser implementado por ser “a forma mais perfeita do conservadorismo progressista” (Romero, 1979, p.61). A sua “marcha moderada e suave” convinha ao nosso país como único modo possível de suplantar as nossas fragilidades e deficiências político-culturais. A relação entre conservação e progresso feita por Sílvio Romero dava a tônica de sua concepção de mudança política, a qual tinha como objetivo, segundo ele, recuperar as funções do sistema representativo através da ampliação do poder parlamentar.

Os vícios do presidencialismo desviavam para longe as funções que o governo deveria ter em seu intento de reorganização social. Todas as suas argumentações acerca do parlamentarismo como forma de recuperar as funções do governo para realização de um progresso conservador estavam filiadas aos pressupostos teóricos de que o progresso leva a sociedade a uma sempre maior complexidade, e esta última “tem por causa a multiplicação dos órgãos diversos, encarregados de uma função própria”. (Romero, 1979, p.64)

A concepção de função de Sílvio Romero era formulada nos moldes de Spencer.⁸ Para ele, “os que estudam a organização dos corpos vivos acham que todo desenvolvimento segue um certo caminho invariável e que cada órgão adquire assim, pouco a pouco, uma função definida e limitada: organiza-se destarte, ao vivo numa divisão do trabalho fisiológico, cada vez mais perfeita. Esta criação de funções, cada vez mais particulares, que se encontra em todos os organismos, indivíduos ou sociedades, é uma forma especial de uma lei mais geral e aplicável ao mundo inteiro, assim ao mundo inorgânico, como ao orgânico”. (Romero, 1979, p.64)

O parlamentarismo deveria propiciar a formação de uma organização social articulada nas suas funções básicas, na medida em que cada indivíduo, cada cidadão se achasse vinculado de tal forma que tornasse possível a cristalização da ordem social que emergiria do progresso conservador posto em andamento. Tendo em vista que, para ele, a vida nas sociedades era semelhante às demais formas de vida existentes na natureza, era necessária a criação de garantias de que o Estado e o governo cumpririam as funções de administração da justiça, por exemplo, que induzissem a sociedade, nos seus diversos organismos particulares, a seguir as regras da convivência social.

Sílvio Romero esclarecia, portanto, que o governo parlamentar era significativamente superior a qualquer outro, uma vez que ele estaria organizado a partir da função de todo governo, que é “proteger seus súditos contra toda violência”, mas estaria fundado, ao mesmo tempo, no estabelecimento de mecanismos que evitassem a execução equivocada de suas funções. Neste último sentido, o governo poderia vir a ter um papel ilimitado no exercício do poder. Era o que estava acontecendo com o Brasil, naqueles primeiros anos da república. Daí a necessidade de implantação do parlamentarismo, que

se voltaria para a administração da justiça como modo de coibição da violência.

Toda organização social tornar-se-ia, com o parlamentarismo, mais capaz de cumprir as suas funções, isso porque “o governo acha(va)-se nas mesmas condições de todos os outros órgãos do corpo político e se submet(ia) ao mesmo princípio fundamental. Em virtude desta lei, o governo não pod(ia) adquirir aptidão para seu fim próprio, sem perder a aptidão que tinha para outros fins diferentes.” (Romero, 1979, p.64)

A argumentação de Sílvio Romero era a de que “um governo forte quer dizer, para quem sabe compreender as coisas, um governo abelhudo, abusivo, pretensioso, que tenha o vício de meter o bedelho em tudo, para tudo estragar e corromper. É um governo, como esse que aí temos, jeitoso e apto para cometer toda a casta de desatinos; porém desjeitoso e inapto para cumprir seu dever, sua função específica: garantir a sociedade contra a violência e proporcionar-lhe o reinado da justiça.” (Romero, 1979, p.64)

A preocupação de Sílvio Romero, na última parte de seu trabalho, era fundamentar, cientificamente, as suas propostas de mudança social. Baseado na idéia de função, ele procurava justificar o processo de criação de mecanismos que prevenissem conflitos tanto no âmbito do governo quanto no da sociedade em geral. Estabelecer uma organização social que fixasse os indivíduos e as instituições no quadro de seus papéis específicos era uma garantia de que mesmo com o estabelecimento de algumas modificações que se faziam necessárias, naquele momento, a ordem social não seria subvertida.

Esses elementos demonstram que o ideário conservador sobre as nossas possibilidades e meios de alcançar, no Brasil, algumas mudanças ganhava, a partir dos escritos de Sílvio Romero, um contorno bem delineado.

Considerações finais

Assinale-se que Sílvio Romero fazia uma leitura bastante crítica da política brasileira de seu tempo. No entanto, toda a força de seu argumento era canalizada não no sentido de demarcar as relações sociais produtoras daquele processo, mas sim em termos de justificar tais condições como oriundas da indisciplina e da desorganização do caráter brasileiro. A explicação dos problemas brasileiros colocada dessa forma, acabava por responsabilizar, de modo abstrato, a população pela situação do país. As ações e atuações dos setores preponderantes desapareciam completamente, o que acabava por favorecê-los.

O seu argumento centrado, exclusivamente, na índole, no caráter e na cultura apontava para uma concepção da vida social que não levava em conta os

⁸ Sílvio Romero, em sua discussão sobre o lugar e o método da sociologia entre as diversas ciências, apontava para a pertinência das pressuposições de Spencer quanto aos estudos das sociedades. Romero, S. A ciência da humanidade: sociologia seu lugar entre as ciências. Seu método. In: *Obra filosófica*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1969. p.531 et seq.

efeitos políticos da exclusão social. Todos eram responsabilizados igualmente pelos desatinos dos condutores do governo nos primeiros anos da república. Ao vedar os diques que levavam a uma necessária indagação sobre o papel das classes dominantes no processo político, Sílvio Romero ajudava a formular uma das vertentes do pensamento conservador brasileiro que pode ser sintetizada na recusa em precisar as ações dos setores preponderantes na manutenção de um dado pacto de domínio.

Delineava-se, assim, nesses escritos, a preocupação em demonstrar que havia algo na formação cultural do povo brasileiro que assegurava que as nossas possibilidades de mudanças sociais e políticas se circunscreveriam sempre no âmbito da ordem, pois a tendência para a conciliação e para o equilíbrio de forças sociais opostas garantia a não-disponibilidade da maioria para subverter inteiramente as condições sociais vigentes.

Sílvio Romero traçava um painel da cultura política brasileira e, numa operação quase que microscópica, selecionava os aspectos que constituíam entraves para as nossas mudanças, tais como a apatia e/ou a indiferença da população para com os seus deveres políticos, bem como os traços que se constituíam em fatores positivos, tais como as tendências para a conciliação e o equilíbrio entre as forças sociais e os elementos denominados indescritíveis, a energia do povo brasileiro, por

exemplo, que garantia ser possível uma melhor maneira de se organizar social e politicamente o país.

E esse modo de tornar o país melhor passava, na sua opinião, indiscutivelmente, pela implantação de um outro regime político, o qual solucionaria uma parte significativa dos problemas brasileiros, pois ao mesmo tempo em que redefiniria de imediato o modo de condução da política, criaria, também, as condições para vencer a apatia política cristalizada no espírito do povo brasileiro, o que levaria a modificações expressivas na república nos anos subseqüentes.

Referências bibliográficas

- Cândido, A. Fora do texto, dentro da vida. In: *Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. p.100-121.
- Fernandes, F. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- Holanda, S.B. de. Sílvio Romero. In: Prado, A.A. (org). *Sérgio Buarque de Holanda: o espírito e a letra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- Romero, S. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- Romero, S. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943. v.1.
- Romero, S. *Obras filosóficas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.
- Romero, S. *Parlamentarismo e presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- Received 20 October 1997.*
- Accepted 20 February 1998.*